

## **RURALIDADE E CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM: O CASO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL, RS, BRASIL.**

Sessão temática: Agricultura familiar e desenvolvimento rural

Claudia Ribeiro<sup>1</sup>

Lovois de Andrade Miguel<sup>2</sup>

Marlise Amália Reinehr Dal Forno<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Vila Seca e Criúva constituem área empírica de estudo de pesquisa multidisciplinar<sup>4</sup>. São distritos rurais de Caxias do Sul, cidade do estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil. Compreendidos nos Campos Gerais do Planalto, no Bioma Mata Atlântica, possuem paisagens bem conservadas, com mosaico de campo nativo e floresta ombrófila mista, além da presença de excelentes mananciais. A agricultura familiar está associada à sua população de rico viver cultural, que habita o lugar de onde se origina 70% da água potável para a segunda maior população estadual. Tal cenário motiva a pesquisa, pois aporta restrições à precursora agricultura dos distritos em procedimento, no entanto, incoerente com práticas municipais urbanas permitidas no mesmo espaço geográfico. Sua questão norteadora é se a paisagem - enquanto um processo dinâmico e conectado às atividades agrárias – seria reconhecida por esta população rural, também como bem de uso comum, e como tanto, propiciando discussão de acordo socioambiental diferenciado por sua conservação. Uma abordagem etnográfica delinea a ruralidade do lugar. Observação participante acompanhou o ciclo da Festa do Divino Espírito Santo, com categorias de atenção definidas por estudo dos sistemas agrários e por critérios empíricos utilizados para a detecção da noção de paisagem.

**Palavras-chave:** paisagem, ruralidade, socioambientalismo.

---

<sup>1</sup> Engenheira química, mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Porto Alegre-RS, Brasil. E-mail: claudia.ribeiro@ufrgs.br

<sup>2</sup> Agrônomo, mestre e doutor em Agronomia, professor associado PGDR/UFRGS. E-mail: lovois@ufrgs.br

<sup>3</sup> Geógrafa, mestre e doutora em Geografia, professora associada PGDR/UFRGS. E-mail: marlise.forno@ufrgs.br

<sup>4</sup> Apoiada pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

## 1. Contextualização

Se o espaço é algo árduo de definir e, portanto, difícil de explicar, sua percepção pelos nossos sentidos é intuitiva, simplificando a apreensão de aspecto complexo da existência humana no universo que a contém: a indissociabilidade espaço-temporal. Esta dualidade funda-se também na *invenção* do rural e do urbano - no lado ocidental do mundo, é bom que se note. De primeiro declarada simplesmente como o campo e a cidade, a dupla é cambiante, como a vida do ser humano. Dicotomia contemporânea de validade discutida, no entanto permitindo reconhecer fundamental aspecto das necessidades da reprodução e manutenção da vida humana. Os alimentos, a água, a energia, as matérias-primas, mas também o lazer, o ar puro, a sustentação da vida silvestre – e também o *nada*, às vezes necessário para a continuidade *sã* da vida urbana - estão grandemente inseridos na sua contraparte rural. A expansão das áreas urbanas e de suas demandas originam crescentes implicações nos chamados *recursos naturais*, contidos em áreas cada vez restritas. Configurada a escassez, geralmente no rural, surgem as regras, comumente gestadas pelos saberes urbanos, através de vários atores sociais, frequentemente institucionalizados e suportados por arcabouço legal. Em outras palavras, é no cenário atual de ruralidade que se encontram as sistemáticas de gestão existentes para o desenvolvimento das atividades humanas e seus ajustamentos com as práticas das populações rurais, via de regra anteriores ao surgimento destes regramentos. A água e a terra, com suas respectivas biodiversidades, são cenários recorrentes dos conflitos entre os protagonistas variados, em panorama complexo, com diversas esferas de gestão envolvidas: ambientais, políticas, sociais, econômicas, culturais. (RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, 2003; SCHATTAN P. COELHO *et al.*, 2005).

Emerge assim instigante e desafiador questionamento: qual voz possuem e o que têm a dizer a respeito do espaço que habitam os indivíduos e grupos sociais estreitamente ligados ao rural? Funda-se aqui a motivação para a aqui exposta pesquisa multidisciplinar que busca analisar se a paisagem (entendida a partir de Simmel, Berque e Turri) - enquanto um processo dinâmico e conectado às atividades agrárias - poderia ser reconhecido por agricultores familiares e moradores rurais como um bem de uso comum, e como tal, passível de um pacto diferenciado por sua conservação. O campo empírico compreende o universo dos agricultores familiares e moradores rurais dos

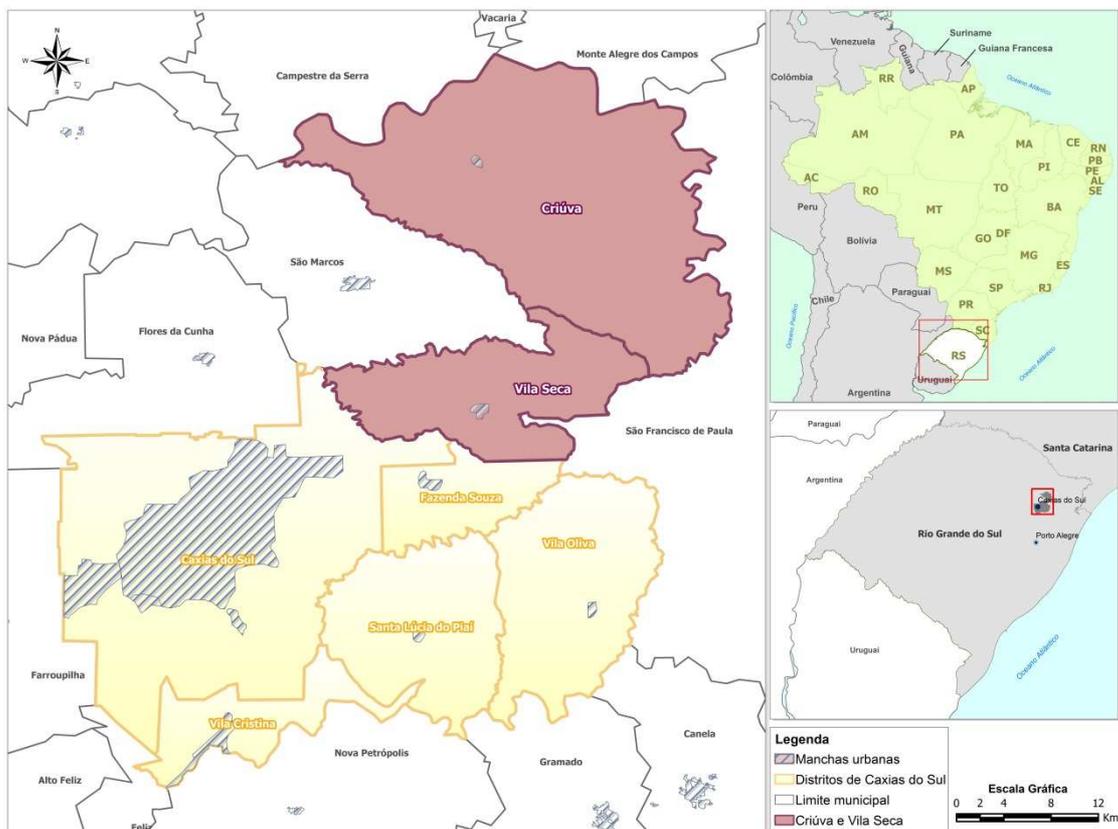
distritos rurais de Vila Seca e Criúva, que integram o município de Caxias do Sul, localizado no estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, cuja localização pode ser vista na figura 1. Polo demográfico e econômico regional de grande dinamismo e prosperidade econômica, sua população é de 465.564 habitantes, mas com apenas 4% no meio rural. Cabe salientar que Caxias do Sul centraliza arranjo produtivo metal-mecânico automotivo, de relevância nacional incontestável e contendo um dos casos emblemáticos do processo brasileiro de internacionalização produtiva. Em contrapartida, Vila Seca e Criúva são distritos eminentemente rurais do município de Caxias do Sul, aonde vivem 3.916 pessoas em área de 624 km<sup>2</sup> (aproximadamente 38% da área total do município (CORRÊA; LIMA, 2007; ZARDIN PATIAS *et al.*, 2009). (IBGE, 2010a;2010b).

A paisagem é marcada por um relevo dobrado, no qual ocorre um mosaico de formações campestres (Campos de Cima da Serra, ou os Campos do Planalto de Araucárias) com vegetação arbórea de grande porte. É a floresta com araucária (a Floresta Ombrófila Mista), que se estabelece em regiões de altitude superior a 800 metros, situando-se no RS e em Santa Catarina. (BOLDRINI, 2009, p. 9; SCHLICK, 2004). Portando paisagens nativas remarcáveis e ainda bem conservadas, esta região abriga parte da discussão emblemática, distante ainda de consenso, sobre o manejo dos campos nativos e da conservação ambiental do Rio Grande do Sul (BEHLING *et al.*, 2009). Igualmente cabe ressaltar que estas localidades possuem reservatórios de água que são responsáveis pelo fornecimento de aproximadamente 70% da água potável consumida na cidade de Caxias do Sul.

A agricultura familiar é a atividade produtiva predominante desta área, destacando-se a criação de gado de corte e a produção leite. As práticas cotidianas dos habitantes destes locais sinalizam indícios de riqueza etnográfica singular: são identificados sinais de herança do passado das sesmarias e da vizinhança com a rota dos tropeiros, bem representadas na imagem dos habitantes do lugar e de suas associadas tradições açorianas, como, por exemplo, o culto ao Divino Espírito Santo, a realização de cavalhadas e torneios de laço, entre outras manifestações. (RIBEIRO, C.; MIGUEL, 2012). A metodologia utilizada nessa exploração acadêmica consistiu em uma abordagem etnográfica, investigando a ruralidade pelo fio condutor das atividades agrícolas, sob a ótica da evolução e diferenciação dos sistemas agrários (Mazoyer e Roudart, 2010). Assim é que no decorrer do ano de 2013, foi realizada observação

participante (com apoio de caderno de campo) do ciclo de louvação da Festa do Divino Espírito Santo de Vila Seca, que acontece interligado às mesmas festividades em Criúva, estreitamente ligada ao cotidiano de grande parte das remanescentes famílias rurais do lugar. Em paralelo, realizou-se estudo comparativo de mapas históricos e imagens de satélite, visando identificar o comportamento do mosaico constituído por campo e floresta ao longo do tempo.

Figura 1: Localização do Campo de Estudo Empírico.  
Elaboração de Claudia Ribeiro, cartografia de Silvia Aurelio.



## 2. A Nova Ruralidade Brasileira

Importante neste estudo é o entendimento da ruralidade contemporânea, que, também na cena brasileira, é demarcada por posicionamentos teóricos bastante distintos, como Carneiro (1998) bem situa. Menciona a existência da visão dicotômica do rural -

definido relativamente ao urbano, em paralelo à corrente que defende o continuum – pregando o seu desaparecimento, e igualmente a presença dos posicionamentos buscando a retomada do conceito em base não generalista. Nesse último caso, defendendo a existência de conformações particulares em cada localidade, aonde a cultura seria a ponte entre o rural e o urbano em cada situação.

Este discutir acadêmico (que acaba tendo reflexos também no campo político) é detalhadamente explorado do ponto de vista sociológico por Maria de Nazareth B. Wanderley, que defende principalmente a existência das “novas ruralidades” no Brasil contemporâneo, aonde “este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.” A autora postula desta forma a permanência do mundo rural nas sociedades modernas – que ela situa como em “novo contexto gerado pelos processos de globalização/mundialização e o pós-fordismo” - como um espaço físico e social distinta e dinamicamente utilizado, visto como uma categoria histórica que “se transforma, com variantes em cada sociedade ao longo do tempo” (destaque nosso). (WANDERLEY, 2001, p. 32). Julga-se aqui valioso cotejar algumas referências autorais que a socióloga utiliza para fundar suas caracterizações do rural. Neste sentido a partir de Kayser (1990, p. 13) extrai um discernimento em três vertentes: “espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade)”. A especial relação com a natureza, tanto por intermédio da lida produtiva como quanto local de vida, é descrita por citação de Mathieu e Jollivet (1989, p. 15), que ali afirmam que, justamente por isso, a natureza do rural (ou seja, a sua característica) é “a menos natural possível”. Por fim, a partir de Mendras (1976), a autora caracteriza as relações sociais específicas destes agrupamentos ditos rurais, que são vistas como sendo as relações de interconhecimento das coletividades. A partir dessa percepção abrangente e subsequente discussão de diversas tentativas de definições e tipologias no contexto europeu, Wanderley mantém a importância do recorte campo-cidade. A diferenciação dos dois espaços encontra-se nos processos de construção social da ocupação do território e de como este é entendido como um lugar de vida, com referências identitárias e de cidadania do homem rural em um panorama de inserção na sociedade como um todo. A distinção fundamental

residiria não mais no que tange exclusivamente ao acesso aos bens materiais e sociais, pois em alguns casos, segundo a autora, já se teria atingido “uma certa homogeneidade, naquilo que se refere aos modos de vida e à chamada paridade social”. Desta forma os espaços agora se distinguem “no plano das identificações e das reivindicações na vida cotidiana, de forma que o rural se torna um ator coletivo, constituído a partir de uma referência espacial e inserido num campo ampliado de trocas sociais”. Nestes espaços, físicos sem dúvida, mas também sociais, é que acontece o encontro entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, com a plenitude complexa de suas convergências e conflitos, em “configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades”. Ocorre o reconhecimento das multiatividades deste novo rural, em que, “além da prioridade como destinação produtiva agrícola” (grifo nosso), este espaço passa a ser visto como ponto de atração para outras categorias sociais urbanas, contendo variadas modalidades de habitação – para aposentados, para residências de lazer e mesmo funcionando como dormitórios para trabalhadores profissionais urbanos, entre os exemplos citados. Desta forma, o rural contém ou suporta atualmente atividades outras que não as agropecuárias – industriais, de serviços e de seus periféricos, as vias de comunicação e atividades de turismo, entre outros casos verificados. Por fim existe uma interpretação no sentido de que os espaços rurais possam ser vistos como um bem coletivo, fazendo parte de “um patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não”. (WANDERLEY, 2000, p. 88; 100; 2001, p. 32, 33, *itálicos da autora*).

Esta visão é também, de certa maneira, corroborada por José Eli da Veiga. Esse autor remonta a sua construção à contraposição das ideias do início da década de 70, polarizadas em Lefebvre – da morte do rural e de Kayser – que defendia o renascimento do rural, para defender que este rural é inovador. Pois não é somente agrário (realidade que justificaria a predição de Lefebvre à sua época) e não é um fenômeno que apresente mudanças sutis (incrementais) com relação a uma situação pregressa. Pois sua nova configuração é dita como radicalmente diversa, principalmente na incidência ligada à sua multifuncionalidade e às novas exigências da dita dimensão ambiental. Sobre a evolução desta ruralidade no Brasil, é importante a contraposição do autor com respeito à relevância do êxodo rural no período 1991-2000, analiticamente afirmando que o fenômeno foi bem menos intenso do que se apregoa, especialmente no âmbito dos

pequenos municípios: ou seja, de que o Brasil hoje é bem mais rural do que as avaliações baseadas em definições puramente normativas deste conceito possam apontar – pois diz serem necessárias revisões críticas destas definições normativas de rural. (VEIGA, 2001;2004;2006).

Já Arilson Favareto faz uma espécie de arqueologia da relação campo-cidade, para certificar-se do caráter inovador das ruralidades contemporâneas brasileiras – pois a adjetivação poderia ser desprovida de fundamento. Chega à conclusão, partindo também de estudos, pesquisas e cenários normativos relacionados à discussão deste tema no panorama mundial (latino-americano e europeu, principalmente), citando Veiga (2005) e também registrando que este último autor tem posicionamento semelhante ao de Wanderley (2000) e Abramovay (2003), de que sim, está-se a viver uma nova etapa. Em vitalidade registrada não somente *nos campos* (termo do autor, destaque nosso), mas em sua relação com as cidades, em seus intrincados aspectos dinâmicos e estruturais: o fenômeno rural permanece no mundo contemporâneo (não somente no brasileiro), com a relação deslocando-se da “oposição campo-cidade” para a “contradição rural-urbano”. A partir disso, endossa a ruralidade também tridimensional nos termos de Abramovay (2003), ressaltando as seguintes fundamentais definições: “a proximidade com a natureza, a ligação com as cidades, a as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido de suas populações”. (FAVARETO, 2006;2010).

Ainda Carlos Rodrigues Brandão (2007, p. 48-50) faz uma análise diferenciada, que aqui tem muito interesse, pois examina particularmente a maneira como as relações culturais tempo-espaço são consideradas nos estudos das comunidades rurais tradicionais brasileiras, em amplo revisitar dos estudos e reflexões pregressos: de forma especial os de José Souza Martins dispostos em “Capitalismo e Tradicionalismo” (1975). Sem preocupar-se com a qualificação da ruralidade, apenas afirma que o “mundo rural brasileiro é muito mais diversificado e polissêmico do que em geral se imagina”, e que há “diversas modalidades de comunidades rurais (ou relacionadas ao mundo rural) por ventura (ou desventura) presentes no Brasil de hoje”. Desta forma, diz que, com relação aos diferentes mundos “não-urbanos do Brasil”, coexistem, “três amplas categorias de ocupação de territórios, de apropriação da terra, de manejo do ambiente, de criação de tipos de vida social e suas diferentes culturas”. Distingue diversas racionalidades geoexistenciais, ou seja, com distintos padrões tempo-e-espaço,

em que “sujeitos sociais criam os cenários entre a natureza e a cultura, que os recriam como múltiplos e interativos atores culturais dos dramas de vidas que compartilham.” O autor vê este gradiente de diversidade em “territórios, paisagens e unidades sociais situadas fora das cidades”, em “produções de consumo, produção de excedentes e produção de mercado”. Nessas três categorias, propõe “pensar, no tempo os espaços da vida”, nominando também os personagens que encontra e àqueles aos quais se dedica com prioridade - os “outros homens da terra”, deixando de lado os “senhores do poder e do capital”. Desta forma, estes mundos rurais brasileiros são vistos como um coexistir de diversas formas de agricultura. Mesmo em um mundo globalizado, convivem formas antigas e tradicionais, em que um “campesinato modernizado, em parte cativo, mas em parte ainda livre diante do poder do agronegócio, não apenas sobrevive, mas se reproduz com sabedoria.” O autor explica esta complexa convivência, situando as modalidades econômicas de produção, segundo José de Souza Martins<sup>5</sup>. Desta forma nos dias que correm uma agricultura “rústica, camponesa, familiar, ou que nome tenha”, de produção de *economia de excedente*, fica a meio caminho entre as unidades familiares (ou coletivas) de *produção de consumo* e as unidades empresariais de *produção de mercado*. (BRANDÃO, 2007, p. 42-50).

Finalmente Alfio Brandenburg faz sua análise própria da ruralidade nacional, através de tipologia que propõe para o que nomina como “ambiente rural da modernidade” (grifo nosso), a partir de acesso ao processo histórico de ocupação do território nacional, com suas formas correlatas de produção e de organização social. Ao reconhecer que a grande propriedade foi a majoritária vencedora deste processo e responsável por “grandes espaços vazios no meio rural”, acaba também por conformar os personagens maiores do rural. Segundo o seu ponto de vista (de certa forma também na direção analítica de Brandão), “foram os pequenos proprietários, camponeses ou agricultores familiares que tradicionalmente expressam um modo de vida distinto da vida urbana, os grandes personagens da construção do rural.” O autor, além disso,

---

<sup>5</sup> Martins (1975) afirma da “relação dinâmica e da interdependência entre as economias do excedente (que diz não ser nem natural e nem de subsistência), explicando: “O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência ( no caso, a mão-de-obra e a terra com suas pastagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares. [...] economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente á própria subsistência e secundariamente á troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades.”(MARTINS, 1975, p. 12 e 45, grifos do autor).

identifica ponto sensível ao que aqui se discute: um rural “socioambiental”, de múltiplos atores também, mas com espaços e tempos diferenciados: “o rural brasileiro é, portanto, o rural da diversidade, e é esse o rural do socioambientalismo”. (BRANDEMBURG, 2010, p. 417, 418; 427).

### 3. O Viés Ambiental da Ruralidade Brasileira

Inegável, portanto, é o reconhecimento da vertente ambiental nesta ruralidade de muitos componentes, e frequentemente associada à imagem de natureza, em contraposição ao urbano, sem dúvida neste caso. Mais do que o mundo das representações, as novas demandas assim o fazem de maneira absolutamente concreta. Assim listam-se a busca de alternativas para o suprimento de água de boa qualidade; a procura de atividades de lazer fora do urbano – a busca do contato “com a natureza”, as práticas agrícolas de conotações diferenciadas – ligadas a busca de alimentos mais saudáveis, a busca da segurança alimentar, em exemplos que mostram a exigência de manutenção de um espaço físico diferenciado do urbano. A parte disto há a demanda mais do que palpável, ligada às ações institucionais de segregação de espaços, destinados à proteção ambiental pura e simples, que é de implicação direta nesta reflexão. Este viés, embora não esteja no coração de discussões desta pesquisa (no momento exploratória, e por isso, de certa maneira limitada), é, no entanto aqui incontornável e nevrálgico, incorporado nas diversas concepções (e dimensões) desta ruralidade de hoje, e, como já explicado na introdução, também presente no empírico em análise: assim, estes aspectos são aqui resumidamente explorados, ficando como um “pano de fundo”. Desta forma, pode-se dizer que a ruralidade dos dias que correm contém amiúde ações de proteção ambiental que podem ser de preservação ou de conservação<sup>6</sup>) em conflito com a eficiência econômica. Além disso, o meio rural pode

---

<sup>6</sup> Pois afinal, o que vem a ser uma atitude de ‘conservação’, e que graduação a difere de uma ação de ‘preservação’? Esta discussão, iniciada no continente europeu nos meados do século XVIII, é frequentemente exemplificada por Gifford Pinchot e John Muir, reconhecidos porta-vozes desta celeuma no continente americano: já no século XIX, representaram pontos de vista emblemáticos dos caminhos primordiais desta discussão de conservação do mundo natural. O primeiro inaugurando a natureza como mercadoria, por ser detentora de recursos que possibilitariam o desenvolvimento humano, e defendendo então a conservação destes *recursos* naturais. Já Muir, pautando a preservação idílica do natural intocado, excluindo o humano e fazendo a apologia do *wilderness* e protegendo (outra ideia) esta natureza virginal do desenvolvimento moderno, industrial e urbano. (DIEGUES, 2000, p. 29, 30, grifos nossos).

tornar-se patrimônio de consumo ligado à ideia de qualidade de vida (associado a outros habitantes que não os agricultores) e, por fim, este espaço rural pode ser visto como bem coletivo, “integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não”. (WANDERLEY, 2000, p. 99 e 100).

Favareto (2006) enfatiza bastante estes aspectos ambientais associados à nova ruralidade brasileira: em todas as características que cita como sua principal caracterização, são encontradas amplitudes ambientais. Segundo o autor, o entendimento desta situação contemporânea é caracterizado também por uma nova maneira de tratar a hoje chamada dimensão ambiental – pois a preocupação de regulação com “as formas de apropriação da natureza” é reconhecida existir desde a Antiguidade. “O que muda é “o ambiente institucional que orienta a regulação das formas do uso social dos recursos naturais”, assim como igualmente a abrangência deste “mundo social”, que passa a englobar também” [...] o acesso à terra, a gestão de bacias hidrográficas, a conservação de florestas e rios, e a valorização da paisagem e da biodiversidade”. (FAVARETO, 2006, p. 98).

Em se tratando do entendimento da questão ambiental no rural brasileiro, Antonio Candido é uma referência basilar. Em *Os Parceiros do Rio Bonito* sua análise escrutina, específica e pioneiramente, a relação do agricultor com o seu meio. (BRANDEMBURG, 2010). Conforme relaciona A.C.V. Santos (2010), a partir de reflexões críticas sobre a ruralidade da época, influenciadas de forma importante pelos estudos de Sérgio Buarque de Holanda. Segundo a autora, é na época deste estudo antropológico seminal, que a natureza, passa a ser predominantemente situada no rural, mas em posição longe de ser neutra: o termo é ‘enquistada’. Este entendimento bem sumariza a visão primordial de algum rudimento de pensamento ambiental no contexto nacional: não somente implicando a ruralidade, mas definitivamente conformando-a de maneira decisiva e duradoura. De uma presença de início – até a década de 30 - vista como importante no debate sobre nação e nacionalidade, a natureza passa a ser como que “enquistada” no mundo rural a partir dos anos 40, pois este é “tomado como resquício do privatismo e do aristocratismos dos tempos do Império e da República Velha”. No período seguinte, de 1940 ao final da década de 1970, a natureza é “obstáculo ao progresso material do país”, de maneira que as relações dos homens com a natureza voltam à cena quando dos primeiros questionamentos do nascente ambientalismo brasileiro, mas com significado diverso dos primórdios de sua

consideração, na década de 1930. Com a Constituição de 1988, a natureza – pela percepção de seus usos - é percebida como tema de disputa política, constituindo “foco de conflitos políticos, econômicos e sociais”. A concepção de natureza, desta forma, passa para ser operacional e deterministicamente definida como “meio”, ligada a outro conceito chave da época (finais do século XIX), a “raça”: o processo evolutivo então constelado é caracterizado pela autora, que ressalta o profundo esforço de entendimento deste ser rural brasileiro ao final da primeira metade do século XX, aonde a relação deste ser humano estudado com o seu meio é a “[...] pedra de toque da história do caipira que Antonio Candido refaz”. A ótica de Sérgio Buarque de Holanda (segundo a mesma autora, de aporte fundante na aproximação de Antonio Candido) é focada na dialética tradição-modernidade, no homem simples – fora do círculo do poder e em suas relações com seus pares em sua luta cotidiana com o meio, em paulatino apego à terra, que se manifesta nas ‘áreas de fronteira’ (grifo nosso). (SANTOS, A. C. V. R., 2010, p. 268-276). Enfim chega-se ao estudo realizado por Antonio Candido entre 1947 e 1954 em vários municípios paulistas com “áreas caracteristicamente caipiras”, com foco principalmente nos agrupamentos rurais (“os bairros”) situados no município paulista de Bofete, havendo também ocorrido comparativos com municípios limieiros em Minas Gerais e algumas zonas rurais em Mato Grosso. A transformação dos meios de vida destas pessoas é escrutinada, sendo que a sua relação com a natureza ocupa papel central nesta análise. Candido define uma situação de “continuidade geossocial, um interajuste ecológico” para as relações do grupo com o meio, centrada em “síntese adaptativa da vida econômico-social” com situação de “conhecimento e aproveitamento dos recursos naturais”, em sintonia original com o *meio total*, evoluindo posteriormente para uma relação diferenciada com o meio externo, visto após como fragmentado. O dito equilíbrio ecológico e social estabelece-se em atos de mobilidade do grupo para recriação continua do meio: a terra virgem, os recursos de caça, pesca e coleta eram buscados, quando de sua exaustão, em outros lugares. A fusão da caça e da agricultura em um mesmo ciclo de atividades tem sua aparente incompatibilidade por particularidades encontradas na situação. Como explica também o autor, o trabalho agrícola tinha sua penosidade aliviada em boa medida pelos trabalhos de ajuda mútua, “mais ou menos amplos, cujo cunho festivo, e, portanto, recreativo, já foi assinalado”, enquanto a caça tem seu prazer desportivo reduzido, “desde que esta visa, em primeiro lugar, a obter carne para a dieta e, longe de ser eventual, é atividade permanente e

monótona”. Esta delimitação, diz-se aqui, poderia também ser feita às práticas de pesca, e mesmo às de coleta. Outra importante fusão neste sistema integrado com o meio é identificada pelo autor no campo das representações religiosas com as atividades de subsistência (a agricultura, a caça, pesca e a coleta), com reflexo igualmente na literatura oral: este ser humano da economia de subsistência é visto quase só – “dobrado em si mesmo”, no máximo com algumas relações com “agrupamentos vicinais”, e visto como aparecendo ele próprio “como segmento de um vasto meio, ao mesmo tempo natural, social e sobrenatural”, a remarcar os preciosos e importantes detalhes que o autor aporta sobre as variadas dimensões e formas que a integridade deste ajuste ecológico abarca. Tal prática, com o decorrer do tempo, encontra limites, “a familiaridade do homem com a Natureza vai sendo atenuada, à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos, e que a subsistência não depende mais de maneira exclusiva do meio circundante”: pela legalização da apropriação agrária e maior adensamento populacional e maior tempo dedicado ao trabalho agrícola (o que também reduziu as demais atividades econômicas anteriormente empreendidas) – surgem então a desarticulação e o desequilíbrio dos “*meios parciais*, [...], não mais fundidos na unidade ecológica dantes característica do seu equilíbrio”. A um ajustamento total, sucede uma pluralidade de ajustamentos.” (CANDIDO, 2003, p. 220-222, itálicos do autor). Interessante é atentar para a precisão e propriedade do reconhecimento da dimensão ecológica nesta relação com a natureza, em uma época em que este termo era raramente empregado, e muito menos utilizado com o predominante automatismo inconsciente verificado nos dias que correm. Esta nova condição traz outras situações: uma nova fase à vida do ser rural, mas ainda muito centrado em seu lugar de vida, vide a citação literal.

De fato, a roça pertence agora a uma ordem de atividades e representações diversas da mata. Significa um conjunto de atos e interesses mais ligados ao comércio da vila do que à caça; mais ligados ao imposto ou ao pagamento do foro que às promessas propiciatórias e seus cumprimentos festivos. Em lugar do meio contínuo e íntegro, base da subsistência, da recreação, da magia, da comemoração, da lenda, surgem meios desarticulados e em certa medida autônomos, definindo um dilaceramento na atividade do homem rústico, todo concentrado agora na preservação do mínimo ecológico por meio da agricultura comercializada. (CANDIDO, 2003, p. 222 e 223).

Candido vê que esta fragmentação do original meio contínuo e íntegro deste “ser rústico” (destaque nosso), que faz com que suas relações passem de um grupo de vizinhança para uma esfera maior, já reconhecida como de “relações intragrupais”

(pelas atividades agrícolas) ou de “contato entre os bairros” (pelas atividades religiosas), além do comércio realizado na vila, ou mesmo em centros regionais. E, desta forma, o ajuste ecológico não é mais o mesmo, pois, o “meio artificial, elaborado pela cultura, cumulativo por excelência, destrói as afinidades entre homem e animal, entre homem e vegetal”. Por outro importante viés, o autor aprofunda que a nova situação, tem um caminho de “compensação”, pois “dá lugar à iniciativa criadora e a formas associativas mais ricas, abrindo caminho à civilização, que é humanização”. Exatamente neste ponto, em nosso entendimento, o pensamento do autor incide - precocemente, sem dúvida, mas talvez de modo ainda incipiente – sobre as dificuldades ‘desta’ (grifo nosso) elaboração cultural encontrar caminhos mais permanentes deste ajuste ecológico, ao longo do dinamismo desta relação entre os seres humanos e seu meio. Vislumbra este inevitável choque com atitudes de civilização, sem dúvida imbricadas na cultura, dimensão humana que, em alguma forma e medida (ao menos no potencial criador) diz sobrepujar à natureza. Esta segunda fase (a da integração ao espaço contíguo, lindeiro) leva, segundo o autor, a uma terceira etapa, onde ocorre a integração à vida da região e do Estado, em que o espaço, não mais “teatro da economia de subsistência” comportará novos interesses. As relações comerciais, tanto diretas como através de ligações com os distribuidores de produtos manufaturados, são o maior indicador desta mudança da dita pelo autor “dependência ecológica”, com a extensão do mundo até Sorocaba e São Paulo, os maiores centros regionais da época. (CANDIDO, 2003, p. 223,224).

A relação com a natureza tem seu importante lugar também na reflexão já citada de Brandão (2007), aonde o autor explora a dificuldade do equilíbrio entre duas dimensões fundamentais (que diz nunca existem separadas), tanto na natureza como nas sociedades humanas: o tempo (que relaciona à história) e o espaço (que aproxima da cultura): “Há muitos espaços sem tempos, de um lado, e muitos tempos sem espaços, de outro.” Vê a racionalidade empresarial, tanto no campo, na cidade e nas relações entre uma instância e outra alterando “espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens”, e quebrando “o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural e de modos de vida a que se aferram ainda os índios e os camponeses”. Desta forma caracteriza hoje esta “terceira fase” prevista por Antonio Candido, utilizando citação certa que faz de Milton Santos, aqui também evidenciada.

Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistério, onde cada gesto e cada resultado dever ser previsto, de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e de sua distribuição, respondem ao modelo mundial e são calcadas em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na sua escolha e na sua implantação. É desse modo que se produzem nexos estranhos à sociedade local, e mesmo nacional, e que passam a ter um papel determinantes, apresentando-se tanto como causa, quanto como consequência da inovação técnica e da inovação organizacional. O todo é movido pela força (externa) dos mitos comerciais, essa razão do mercado que se impõe como motor do consumo e da produção. [...] Nesse mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando tem êxito a vontade de se subtrair às leis naturais. O respeito tradicional às condições naturais (solo, água, insolação, etc.) cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento. (SANTOS, M., 2002, p. 304,305).

O autor enfatiza que a “a própria economia é uma das muitas dimensões de uma cultura”, e vê esta interligação de grande importância para a compreensão da relação das pessoas do campo com a natureza, mas também com a cidade e com o que dimensão urbana representa: pois vê que este ser humano em foco nos seus estudos “ainda subordina o relógio ao sol e o calendário oficial ao das festas populares e às marcações naturais das estações do ano” e “tanto pensa em paisagens naturais quanto no valor de mercado do alqueire de terra, para pensar os espaços da vida e do trabalho”. A terra é trabalhada com um misto de ferramentas antigas, que ele chama de “tecnologias patrimoniais” e tecnologias modernas e importadas. A vida cotidiana é centrada “ainda no lugar rural”, secundada pelos “entornos naturais e comunidade vicinal próxima: o arraial, o bairro rural, o povoado, a vila, o patrimônio”, mas, de acordo com o autor, cada vez mais estes espaços tendem a ser “lugares satélites das cidades”, em gradações, de acordo com a integração com a economia de mercado que se encontra. As palavras do autor detalham o processo, em que ele atribui à racionalidade empresarial que chega ao campo, invertendo pouco a pouco “todos os eixos de uma lógica das relações sociedade-natureza e de uma ética nas interações entre as diferentes categorias de atores culturais envolvidos em suas diferentes economias e em seus diversos modos de vida.” Finalmente, e introduzindo o outro grande bloco de reflexão desta exploração aqui feita, Brandão cita vários casos brasileiros aonde vê a paisagem respondendo ao grau de entrega de “tempos-espaços rurais ao domínio da cidade”, onde o “universo da

racionalidade do moderno-urbano domina as paisagens naturais e humanas do campo”. (BRANDÃO, 2007, p. 58 e 59).

#### 4. A Paisagem

A incursão conceitual à paisagem parte de alguma exploração ontológica, que é empreendida junto a um aporte clássico e incontornável neste campo: A Filosofia da Paisagem, de Georg Simmel. Dito como o primeiro texto ocidental – europeu, aqui se ressalta - que elege a paisagem como categoria de pensamento, nele o sociólogo nascido em Berlim explora o âmago deste fenômeno na esfera da subjetividade humana. A articulação entre a natureza e a paisagem, a temporalidade da aparição desta categoria mental e o exame da coincidência incidental entre as ações de “ver na paisagem” (grifo nosso) e a designação de um campo visual como “esta paisagem” são as três questões transversais a esta reflexão seminal, ainda nos primeiros anos do século XX. Importante é o elemento unitivo identificado nesta coincidência, proporcionado pela vivência do observador: chamado pelo autor de “Stimmung”. Esse particular e especial termo simmeliano apresenta polissemia de difícil tradução para as línguas latinas, com o autor estabelecendo três aspectos a ele incidentes: “a conformação singular das partes que dota cada paisagem de um ‘carácter’ individual; a conjunção dos traços anímicos do sujeito numa peculiar ‘disposição’ ou ‘índole’; e, por fim, a fusão de ambas – a vertente objectiva e a vertente subjectiva – numa ‘tonalidade’ ou ‘atmosfera’ únicas”. (SERRÃO, 2011, p. 40, ortografia, grifos e itálico como no original).

Ou seja, identifica-se a sintonia entre os aspectos subjetivos e objetivos da paisagem no pensamento de Simmel, que quer esclarecer o processo espiritual que institui uma paisagem a partir de, como ele diz “um pedaço de terra” (grifo nosso). Cara a esta reflexão, cumpre expor sua fundamental compreensão: “Por Natureza entendemos a infinita conexão das coisas, a ininterrupta procriação e aniquilação de formas, a unidade fluente do acontecer, que se expressa na continuidade da existência temporal e espacial.” A paisagem se desprende deste “sentir unitário” da Natureza e afasta-se de seu conceito, uma vez que ela seleciona uma porção deste todo em sua elaboração - porém mantendo-se entrelaçada em algo que o autor diz estar contido no estrato do “Uno Divino, do Todo natural”. Simmel afirma que o “sentimento da natureza” (destaque do autor) existia já em religiões de tempos primitivos, e não só na época

moderna; já este recorte da paisagem a partir da natureza - que permitiu a aparição do que é por ele nominado de “sentimento pela paisagem” (itálico do autor), ocorre no mundo pós-medieval, sendo lá evidenciado pelo concomitante surgimento da pintura de paisagem. Na mesma época moderna, o autor situa o fenômeno, adjetivando-o como a “tragédia fundamental do espírito em geral”, que disputa a condução do processo da cultura: “Que a parte de um todo se torne num todo autónomo (sic) que se destaca daquele todo precedente e reivindica um direito próprio face a ele”. Simmel divisa, muito modernamente, a origem dos combates e cisões no social e no técnico, no espiritual e no ético, que, simultaneamente, permite a “riqueza reconciliada da paisagem, que constitui um individual, fechado, pleno de si e não obstante permanece vinculado, sem contradição, ao todo da natureza e à sua unidade”. Cisão essa vista por ele como um reflexo do dualismo no qual estamos permanentemente mergulhados: “ao mesmo tempo em que fazemos parte de um todo, queremos construir a nossa própria obra, individuada em si-mesma.” (SIMMEL, 2011, p. 42 e 44).

Neste ponto, julga-se interessante cotejar essa reflexão das vertentes profundas de apreensão conceitual da paisagem com os estudos contemporaneamente realizados por Augustin Berque, uma vez que se visualiza um ponto de ligação exatamente nesta crise de modernidade, a qual de certa forma anima o seu questionar. A partir de uma construção que investiga a ecúmena e os meios, pesquisa não somente a metade ocidental, mas busca no oriente (especialmente no Japão e China) subsídios para compreender a “noção de paisagem” (grifo nosso) em um contexto universal – em aproximação “holista, que pretende a integração do sujeito no mundo”. (MADERUELO, 2009, p. 14). As ideias desenvolvidas pelo geógrafo francês nascido no Marrocos partem do que denomina paradigma ocidental moderno clássico. Segundo este autor, tal paradigma é estabelecido no século XVII, fundando, ao invés da unidade orgânica do mundo ambiente dos meios tradicionais, uma alternância entre as vertentes físicas e fenomênicas da realidade, constelando a atual cisão sujeito-objeto. Na cena europeia esta situação caracterizou-se pelo “duplo aparecimento e desenvolvimento complementar, por um lado, das ciências da natureza, traduzindo um centramento sobre o objeto (sic) e, por outro, da noção de paisagem traduzindo o ponto de vista do sujeito”. (BERQUE, 2009, p. 51; 2011a, p. 189). Vários fatos no interior do processo do desenvolvimento das ciências modernas são vistos pelo estudioso de Rabat como paradigmaticamente questionando o mundo por elas descoberto, cindido e cada vez

mais insuportável: estranho aos fenômenos (o real em si) e abstraído do sujeito, em lugares neutros. Neste seu enquadramento é que a paisagem é vista com destaque na compreensão da relação da humanidade com a extensão terrestre - a ecúmena, a partir da qual o autor propõe-se a fundar uma “problemática do mundo ambiente”. Desse ponto, Berque elabora dois outros conceitos fundamentais para a sua construção teórica – a mediância e a trajeção. Para o autor a mediância está para o meio como a historicidade para a história, sendo a paisagem um dos três sentidos simultaneamente subjetivos e objetivos do relacionamento (que é um meio) de uma sociedade com a extensão terrestre. Além do “em si das coisas e da natureza” e do nível “das relações ecológicas que ligam a espécie humana ao seu ambiente”, a paisagem é onde “actúan as relações de ordem simbólica, pelas quais uma cultura naturaliza a subjectividade colectiva”. (BERQUE, 2011a, p. 188; 193, grafia e itálico como no original). Simultaneamente no tempo (história) e no espaço (meio) acontece esta conjugação de aspectos, caracterizando o que é então definido por Berque como trajeção, um movimento de contínua interação entre os mundos objetivos e subjetivos, que compõe uma realidade, dita por ele trajetiva, dos nossos meios, cujo conjunto constitui a ecúmena. Esta realidade - que pode dizer-se uma formação híbrida - é uma combinação do universal e do singular, e, por isso, para cada meio, coloca-se a necessidade de seu escrutínio nestes termos. Pois nem a ecologia (objetiva e universal), nem a fenomenologia própria de cada cultura (subjetiva e singular), embora contendo indispensáveis conhecimentos da relação do Homem com a Terra, conseguiriam individualmente abarcar esta realidade mista – esta “medida do mundo ambiente”, que, incontestavelmente, integra sujeitos e objetos.

Em síntese, o autor diz da premência do reencontro da medida do mundo ambiente, passando pelo entendimento e a gestão do que chama de “entidades relacionais impregnadas de valores humanos: recursos, constrangimentos, atractivos (sic), riscos, implicando sempre uma dupla referência ao em-si da natureza e ao para-si da humanidade”. Essa urgência justifica-se pelo fato de, não somente estar ameaçada a habitabilidade da Terra para futuras gerações, mas “o próprio sentido da presença humana sobre a Terra; e, por conseguinte, o vínculo social entre os homens”, conferindo segundo ele “um valor epistêmico e prático sem precedentes à paisagem”, pois é nesta entidade relacional (aqui se chega a esta conclusão) que “se exprime o sentido da nossa relação com a extensão terrestre”. Contudo a existência dessa noção de paisagem não é

uma unanimidade em todos os tempos e culturas, sendo mesmo objeto de controvérsias no que tange a delimitações teóricas. Segundo Berque, surge na China no século IV, e, posteriormente, na Europa renascentista, no século XVII, segundo citação que faz de consideração de Javier Maderuelo (2005), que explica a aparição da palavra no ocidente. Assim, identifica situações como as do mundo romano, que teria somente uma sensibilidade paisageira, ou um pensamento paisageiro (*pensée paysagère*) como cosmofania (de como seu próprio mundo aparece), mas não o definitivo e caracterizador pensamento da paisagem (*pensée du paysage*) – para cuja identificação seu trabalho teórico finalmente propõe um conjunto de critérios empíricos a serem satisfeitos. (BERQUE, 2011a, p. 197, 198; 2011b, p. 200, 201, *itálicos como no original*).

Por fim, pela defesa e pelo interesse de utilização da noção de paisagem para a apreensão da relação humana com a natureza, aporta-se um pouco da teorização proposta por Eugênio Turri, que “procura justificar o valor implícito da noção de paisagem enquanto referencial e elo de ligação na relação entre o homem e a natureza”. Para tal, defende que “é necessário restituir a paisagem ao campo das manifestações culturais e do universo representativo dos indivíduos e da sociedade.” A perspectiva do autor, por ele reconhecida como transitando em terreno de difícil definição técnica, “como tudo que estimula a cultura e a história”, inspira-se em várias vivências pragmáticas na Itália, que, segundo ele mostraram da impossibilidade reductiva das intervenções que considerassem mais do que a componente naturalista por si só. (TURRI, 2011, p. 167; 169). A sua compreensão é uma compulsão – quase obrigatória para o autor, que vê “a paisagem como teatro, um teatro no qual indivíduos e sociedade recitam [...] as suas histórias, realizam os seus feitos, pequenos ou grandes, quotidianos ou de longa duração, mudando ao longo do tempo o palco, a produção, o cenário, consoante à história representada”. A esta concepção do autor sobre a paisagem subjaz o reconhecimento da duplicidade de comportamento do homem e das sociedades em relação ao território que vivem: “como actores (*sic*) que transformam no sentido ecológico, o ambiente de vida, imprimindo-lhe a marca da própria acção (*sic*), e como espectadores que sabem observar e entender o sentido do seu agir sobre o território”. Aqui se constelam os dois eixos de sua proposta de entendimento da paisagem, situando-se esses entre a imagem e a realidade: o agir (ator) e o observar (espectador), como atos teatrais do ser humano tomando consciência de si no espaço territorial, transformando a natureza de espaço biótico bruto à paisagem. A paisagem, segundo

Turri, é o lugar aonde encontramos o reflexo de nossas ações, que lhe confere a funcionalidade de “referente visual” de nossa vida e ação no território - esse “entendido como o espaço no qual agimos, nos identificamos, no qual temos os nossos laços sociais, os nossos mortos, as nossas memórias, os nossos interesses vitais, ponto de partida do nosso conhecimento do mundo”. Essas relações são projeções das relações entre cultura e natureza, que por sua vez são domínios estendidos sobre as relações internas à sociedade e aos ecossistemas, onde a paisagem tem o papel de mediação ou referencial na ação que ocorre no território – ela é a referência perceptiva (mediada pela cultura), sendo que o operar na natureza é ainda a “medida ecológica de suas intervenções”. A paisagem traduzirá o tipo de sociedade segundo os mais diversos aspectos socioculturais existentes, e sua investigação deve ser multidisciplinar: “os geógrafos, depois de prestarem atenção ao brado dos poetas, às fantasias dos artistas, devem pedir a colaboração de ecologistas, naturalistas, agrônomos, historiadores, sociólogos, etc.”. (TURRI, 2011, p. 170-176, grafia original e itálico do autor).

Nesta semiótica da paisagem ele introduz a utilização da noção de iconema, “como unidade elementar de percepção [...] como parte que exprime o todo”. O autor defende que esses elementos devem tornar-se referenciais ao planejamento dos territórios, como “objetos sagrados” que consideram a dinâmica da paisagem na contínua reterritorialização dos espaços - devem emergir da paisagem, encarnando o “genius loci”, que é para Turri “a alma verdadeira e profunda de um território”. Todas as paisagens são constituídas de combinações de iconemas e “são o reflexo de uma organização do espaço, de uma maneira própria de os objetos sociais se ordenarem e revelarem no território, das histórias que tais ordens determinaram.” São dinâmicas, mas devem ser necessariamente consideradas nas políticas e ações territoriais: “o discurso da protecção e da sua relação com a paisagem reporta-se às elaborações internas da sociedade, à sua vontade de transformação e à sua maior ou menor vontade de conservação, que não deve necessariamente entender-se como bloqueio do tempo e da história.” Esta boa política de protecção e de intervenções deve basear-se na boa consciência dos cidadãos – e aí ele propõe que os atores locais tenha não menos importância que os políticos e os atores da transformação da paisagem, como guardiões possíveis das memórias e valores locais. (TURRI, 2011, p. 178-183, grafia e itálico do original).

## 5. Resultados

A pesquisa permite afirmar que a paisagem existente nos distritos de Criúva e Vila Seca apresenta claros elementos que a situam no contexto da nova ruralidade brasileira. Podem-se identificar, no sistema agrário contemporâneo as multifuncionalidades do espaço rural, em paulatina ocorrência, em paralelo à constituição do espaço urbano. Visualiza-se primeira e claramente esse aspecto com a fundação do urbano, a partir da paisagem indígena original. Posteriormente, na época das sesmarias, ocorre o estabelecimento das relações econômicas oriundas da produção e comercialização dos produtos agrícolas da zona de campo e colônia. À sequência dessas atividades, adiciona-se o ciclo de extração da madeira no sistema agrário colonial, e esses passos constituem a base estrutural para o posterior estabelecimento da pujança econômica da cidade de Caxias do Sul. Finalmente, o fornecimento de água potável, o crescente estabelecimento de outros empreendimentos de características urbanas compõe a situação de novas demandas que vêm se estendendo à paisagem do lugar. Nesse percurso espaço-temporal (a trajetória berquiana), a pesquisa identifica claramente a agricultura familiar local, no ato brutal descrito por Telles (2011), conformando essa paisagem, em ciclos de destruição, necessários ao cultivo, no entanto não desprovidos dos cuidados para garantir a permanência da utilização do espaço pelo ser humano. Geração após geração, como bem dizem as suas palavras, a organização do espaço rural traz o belo. O estudo cartográfico, em 1871, 1980 e 2011, compreendendo os sistemas agrários sesmeiro, colonial e contemporâneo, consegue demonstrar esse fato: uma vez sustado o processo de predação da Floresta Ombrófila Mista, as atividades agrárias seguem seu curso, e a paisagem da ruralidade do lugar se refaz, em dinâmica reorganização.

Ou seja, a noção de paisagem existe no lugar, estreitamente associada à sua ruralidade, e no sentido de Hess e Ostrom (2007), pode-se dizer que sim, ela é um bem comum: pois a paisagem é um recurso, compartilhado por pessoas e sujeito a dilemas sociais. Além disso, o espontâneo e histórico proceder comunitário dos homens e mulheres do lugar aporta as evidências. Vê-se que os agricultores familiares locais não veem o seu meio só como meio de vida e subsistência, em oposição ao que defende

Roger (2011). Em certa medida e extensão, o ajuste ecológico de Candido (2003) ainda existe no lugar – o retardo do corte da própria floresta e a presença do desconforto com a destruição do campo nativo são fatos que reforçam a existência desse tipo de entendimento do meio para os agricultores familiares dessa ruralidade.

Outrossim, verifica-se que essa fruição (que é também estética), esse reconhecer da paisagem, não é obtido por um proceder intelectual, de forclusão (reco) do mundo do trabalho. As festas variadas – que a cada ano devem ser mais ‘bonitas’, só acontecem por intermédio de muito trabalho de praticamente toda a comunidade. Esse mundo (segregado) do ócio, no qual, em tese, a intelectualidade viria a desenvolver o sentimento de paisagem, não existe para as pessoas do lugar.

Aliás, enxerga-se que a implicação das pessoas (majoritariamente agricultores familiares) ao lugar onde vivem é fundamental nesse reconhecimento de sua paisagem. Essas pessoas do lugar, majoritariamente agricultores familiares, fazem o que fazem, no lugar onde estão, por escolhas próprias e muito conscientes. Vide os múltiplos exemplos de histórias de sacrifícios para voltar e para permanecer no lugar – há afetos envolvidos nessa escolha do lugar, da paisagem aonde se quer viver. Pode-se dizer que essa escolha afetiva cria o elo que faz com que a paisagem seja compartilhada, como um recurso cultural e mutável, como alternativamente diz Leite (2012). Ou seja, como um bem de uso comum no lugar.

Existe uma paisagem a ser conservada em Vila Seca e Criúva. Mas é preciso que a cidade aceite o convite, como colocado por Corajoud (2012), e olhe o campo. Mas esquecendo dos seus anseios de museificação - atitude cômoda, e aparentemente conveniente, mas, é necessário que se diga, profundamente injusta, e, além disso, arriscada. Pois é necessário que se diga, o urbano tem procedimento predominantemente distinto do rural com relação à paisagem: forcluído em seu mundo do trabalho (também do negócio), e talvez sem muita fruição, tem compromisso maior com a sua expansão, sendo predador da paisagem em muitos de seus atos, fundando moldes atuais de uma dicotomia que se baseia apenas no contexto da funcionalidade espacial. A prioridade clara da relação - que acaba sendo de alguma maneira estabelecida entre esses dois lados - é o atendimento das demandas apresentadas pelo urbano, sem maiores preocupações com o que acontece nesse ‘lugar que não é o nosso’. O efetivo resultado do agir urbano atualmente verificado parece mostrar que a atividade agrícola do lugar pode ser secundária. O conjunto de atitudes não demonstra uma preocupação maior com

a sua permanência, e mesmo um refletir mais profundo a respeito de que a continuidade da ruralidade do lugar é condição de atendimento de muitas dessas demandas urbanas. Em alguns momentos, parece mesmo configurar-se a ruralidade como um desconforto – seria melhor que ali não estivesse – dizendo de outra forma, seria talvez mais cômodo que esse espaço estivesse desembaraçado dos agricultores e de suas atividades, disponível para os outros usos pretendidos pela cidade.

Essa construção apresenta também a sua face socioambiental, como Brandenburg (2010) tipifica justamente fundado no ajuste ecológico de Antonio Candido. No entanto, de maneira muitas vezes bastante incoerente, vide nesse sentido as muitas evidências recolhidas no trabalho de campo. Se os agricultores familiares e os moradores do lugar não tivessem se organizado em época recente contra a instalação de um aterro sanitário, como seria possível agora a implantação de um reservatório de água no Arroio Marrecas? Como entender a localização de um presídio e de área para disposição de resíduos sólidos industriais em áreas de campo nativo nestes dois distritos rurais? Qual a lógica mesmo que viabiliza a implantação de várias hidrelétricas, mas proíbe ou muito dificulta pequenos açudes para dessedentação animal e a irrigação? Que permite a implantação de uma barragem para abastecimento de água potável, mas interdita o banho e a pesca onde antes era permitido? Que não permite cortar nem uma árvore de araucária seca pela intempérie, mas possibilita cortar milhares dessas árvores em sua plena vitalidade, para depois abandoná-las ao apodrecimento com a construção de barragens? Que espécie de “acordo” é este, que não deixa queimar o campo nativo, mas concorda com a sua destruição em concretagem de depósito de indústrias automotivas e liberação de plantio de monoculturas variadas tratadas a agrotóxicos?

A discussão da paisagem como bem comum feita por Sgard (2010) tangencia essa questão, quando a autora discute a paisagem como algo que se utiliza, predominantemente associando a sua discussão a outra dicotomia: os caminhos público-privados como os existentes para a solução de gestão de bens de uso comum. Aqui se pretende uma via distinta de entendimento: a paisagem aqui não é só o que se vê, ou o que se utiliza – busca-se aqui a difícil inteireza, abrangência e compreensão da existência – e da necessidade de permanência - da paisagem do lugar. A discussão da paisagem como bem comum definitivamente exige uma elaboração mais complexa, mas apresenta a completude e premência da questão do conviver dos seres neste planeta – a ecúmena. E para que a paisagem continue existindo – o *Stimmung*, o *genius locci*, ou o

sentimento paisageiro deve ser integralmente respeitado: este é o bem comum da paisagem que deve ser a todo custo gerido, como condição ao Bem Comum. Dito de outro modo, para que seja possível essa conservação da paisagem do lugar - essa rugosidade inserida no global onde a vida acontece (no sentido de Milton Santos) é preciso que se consolide um processo alternativo, para muito além das dicotomias público-privadas.

Bem certo que nem tudo são flores em Vila Seca e Criúva, como se pode ver também no autorretrato da Festa do Pinhão. Por exemplo, notam-se ausências importantes – não há o índio Kaingang e nem o negro nesse relato, aliás, como de fato ocorre na paisagem. Dos indígenas, além da rica herança arqueológica, restam talvez somente os traços ‘amarelos’ das pessoas, frequente e pejorativamente chamadas de “pelo-duros” pelos caxienses urbanos. Os poucos afrodescendentes do lugar, por outro lado, ainda sentem pouco acolhimento nessa paisagem que ajudaram a construir – inclusive, com seus braços, fazendo as terras de muitos brancos – que talvez hoje ainda façam questão de dizer que não são amarelos. Tão pouco as dores e conflitos do presente agrícola aparecem nesse retrato, muito menos os seus dilemas de conservação.

Dilemas muito humanos, que não impedem que se veja que há muito tempo o lugar reconhece o colocado pela expressão berquiana – “os tempos da natureza e os ritmos da existência”, em viver comunitário. A expressão de hoje para a paisagem, não seria *que pena, só sobrou isto!* Mas – *que ótimo, veja-se o que continua existindo!* A relação de companheirismo do tropear de outros tempos reconstrói-se no caminhar das louvações – que hoje vão até a cidade. Melhor, às cidades: não só até Caxias e arredores, mas até Porto Alegre e chegando mesmo até o ultramar açoriano. Em última instância, aqui não existe mesmo tradição estagnada, um lugar perdido e isolado no tempo – mas a paisagem conservada em sua dinâmica e complexa inteireza, buscando relação de convívio com o global no sabe estar inserida.

Mas não se sabe por quanto tempo: a vida fica a cada dia mais difícil na paisagem do lugar, pois o progresso apresenta a sua elevada conta. Não somente pela imposição de regras para conservar a água que não tem perto de si, mas também por ações – de desenvolvimento - com lógicas muito distintas das práticas da população local, que podem ameaçar significativamente a sua continuidade no lugar, e desta forma também, a paisagem que se quer conservar. Pois a ponderação que se faz é que não foram os agricultores que derrubaram a floresta com araucárias em passado recente,

nem tão pouco são eles que majoritariamente destroem o campo nativo – em ciclos maiores, talvez sejam, isto sim, os principais responsáveis pela conservação (também ambiental) desta paisagem. Finalmente, não se percebe que as pessoas do lugar tenham uma consensual designação – quiçá mais um dos iconemas a serem consensados em futuro próximo. Ou não. Talvez a paisagem de Vila Seca e Criúva possa continuar a sua trajetção conforme chegou até aqui – neste misturado de muitos elementos que a fazem tão única em sua singularidade, como em muitos outros lugares da ecúmena desse nosso mundo.

## **6. Considerações finais**

Finalizando a exposição condensada de dissertação de mestrado, coloca-se como alentadora a sua continuidade, explorando caminhos para saber se na paisagem dos sistemas agrários de Vila Seca e Criúva não estaria a base de construção de uma nova e inovadora gestão de um lugar dos Campos Gerais do Planalto, compreendido como bem de uso comum. No entanto, reafirma-se aqui o intuito maior deste estudo: pesquisa-se a trajetção da paisagem com o objetivo de explorar possibilidades de um estágio de compreensão diferenciado que ofereça, ao menos, terreno fértil para ações futuras, quer sejam de seu restauro, de sua conservação ou mesmo de sua tutela. Não se poderia dizer, neste momento e a título de exemplo, se a Chancela de Paisagem Cultural seria um bom caminho no sentido da conservação desse bem de uso comum. Sem dúvida constitui um instrumento de gestão inovador, que poderia ser utilizado para a construção do pacto de gestão necessário para a conservação desse bem de uso comum. No entanto, de incipiente institucionalização e aplicação, suscita dúvidas de suas efetivas condições de consideração da dinâmica da paisagem, bem como da sua real capacidade de consideração dos atores do lugar em seu processo.

Contudo, vislumbra-se um bom terreno em Caxias do Sul para a construção de um projeto de conservação da paisagem singular de Vila Seca e Criúva, em contexto de seu efetivo reconhecimento como um bem de uso comum. Em associada construção do seu pacto de conservação, julgam-se importantes o reconhecimento dos iconemas – os objetos sagrados da paisagem, emergindo do espírito do lugar e embasando uma boa política de conservação baseada na boa consciência dos cidadãos – os atores locais, políticos e atores da transformação da paisagem. O existente projeto piloto de

preservação das áreas de produção de água é alentador nesse sentido. Mas faz-se necessário sair do plano apenas das boas intenções, nesse lugar de campo e floresta – ou talvez potreiro e mato - onde os “misturados”, dizem que “o Divino não tem território”, e também cuidam de “bois que ainda tem nome”. Acredita-se que, desse hipotético acordo entre o rural e o urbano, depende a continuidade do modo de vida predominante das pessoas do sistema agrário contemporâneo – a agricultura do lugar – e também a conservação da água que a emergente metrópole tanto necessita.

## **Bibliografia**

BEHLING *et al.* Dinâmicas dos campos do sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR *et al* (Org.). **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. cap. 1, p.15-27.

BOLDRINI, I. I. O. **Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. 240 p.

BRANDÃO, C. R. Tempos e Espaços nos Mundos Rurais do Brasil. **RURIS**, v. 1, n. 1, 2007.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental From the traditional rural to the socioenvironmental rural. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 417, 2010.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 10ª edição. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2003.

CORAJOURD, M. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia da Paisagem**. Uma Antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Faculdade de Lisboa, 2011. p. 215-225.

CORRÊA, D.; LIMA, G. T. O sucesso de empresas brasileiras na internacionalização produtiva: as experiências da Marcopolo e do Grupo Gerdau. **Boletim Informações Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, v. 321, p. 24-30, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial**. 2006. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"? **Estudos Avançados**, v. 24, p. 299-319, 2010.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100021&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100021&nrm=iso)>. Acesso em 14/10/2013.

HESS, C.; OSTROM, E. Introduction: An Overview of the Knowledge Commons. In: HESS, C. e OSTROM, E. (Org.). **Understanding Knowledge as a Commons. From Theory to Practice**. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press. 2007. p. 3-26.

IBGE. Censo Demográfico. Tabela 1301: Área e Densidade demográfica da unidade territorial. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2010a. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1301&z=t&o=4&i=P>>. Acesso em 21/06/2012.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Tabela 1378. População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio. **Universo - Característica da População e dos Domicílios**, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2010b. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1378&z=cd&o=7&i=P>>. Acesso em 21/06/2012.

LEITE, M. Â. F. P. A Contribuição da Arquitetura Paisagística para a Discussão da Paisagem Cultural. **2º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte: não publicado, texto recebido mediante contato pessoal. 2012.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. Estudos Sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea** São Paulo: Editora UNESP. Brasília: NEAD, 2010.

RIBEIRO, C.; MIGUEL, L. A. Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários: o caso do distrito de Vila Seca - Caxias do Sul/RS. In: XAVIER *et al*, Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento rural sustentável: anais do IX Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2012. Luziânia, Goiás. EMBRAPA CERRADOS.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, v. VI, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a08v5n2.pdf>>. Acesso em 12/02/2014.

ROGER, A. Natureza e cultura. A dupla artialização. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **A Filosofia da Paisagem**. Uma Antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 153-166.

SANTOS, A. C. V. R. Ecologia e modernidade em "Os Parceiros do Rio Bonito" de Antonio Candido: uma primeira aproximação. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 2, p. 266-281, 2010. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8231>>. Acesso em 20/12/2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHATTAN P. COELHO, V. *et al.* As regras do jogo e o jogo das regras - movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial no Vale do Ribeira (Brasil). 2005. Disponível em: < <http://www.rimisp.org/proyectos>>. Acesso em 02/12/2011.

SCHLICK, F. E. **Alternativas de Manejo Para os Campos de Cima da Serra**. 2004. 127 p. Tese, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SGARD, A. Le paysage dans l'action publique : du patrimoine au bien commun. **Développement Durable et Territoires**, v. 1, n. 2, 2010. ISSN 17729971. Disponível em: < <http://developpementdurable.revues.org/8565>>. Acesso em 05/09/2013.

TELLES, G. R. Paisagem global. Um conceito para o futuro. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia da Paisagem**. Uma Antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 476-485.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Territorial do Brasil: do Entulho Varguista Ao Zoneamento Ecológico-Econômico. **Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia** Salvador: ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia 2001.

\_\_\_\_\_. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v. 18, p. 51-67, 2004.

\_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, v. 20, p. 333-353, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 87-145, 2000.

ZARDIN PATIAS, T. *et al.* O Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico Automotivo da Serra Gaúcha como um Sistema de Inovação. **Revista de Administração da Unimep**, v. 7, n.1, p. 1-19, 2009.